

PARETO E GRAMSCI: ITINERÁRIOS DE CIÊNCIA POLÍTICA.

Luciana Aliaga

I. Resumo

Embora o fenômeno das minorias dirigentes tenha sido tratado por diferentes autores¹, foi na Itália em finais do séc. XIX, por meio de Gaetano Mosca (1858-1941) e Vilfredo Pareto (1848-1923), que encontrou sistematização suficiente para alcançar *status* de teoria política. Antonio Gramsci (1891-1937), nos *Quaderni del Carcere* estabelece importante diálogo com a *teoria das elites*, externando confluências e distanciamentos. Em comum com os autores elitistas possui a tradição maquiaveliana dos estudos políticos, isto é, o realismo maquiaveliano, que é responsável por algumas extraordinárias continuidades temáticas e afinidades nas formulações gerais de conceitos políticos entre estes autores. Contudo, existe uma discussão subjacente à teoria das elites, que, apesar de ser menos aparente, nem por isso é menos importante – o debate acerca da possibilidade de formulação de uma ciência das realidades políticas. Por meio deste debate o realismo maquiaveliano adquire diferentes feições. Pareto reivindica uma ciência livre de ideais fictícios, calcada na observação empírica e histórica, o que o leva a compreender a divisão entre governantes e governados como uma realidade imutável, correspondente às divisões do gênero humano. Gramsci, por outro lado, propõe a formulação de uma ciência da política capaz de apreender as ocorrências históricas em sua complexidade compreendendo a “realidade” como fenômeno/aparência dos processos gerados no interior do movimento dialético entre estrutura e superestrutura. Isto o leva a entender o problema das elites por um viés histórico-político. Com isto, Gramsci contribui para um enriquecimento do realismo maquiaveliano. Desta discussão acerca da possibilidade e natureza da ciência política, importantes questões de ordem metodológica e política são trazidas a lume e a elas desejamos nos dedicar nesta pesquisa.

¹ Edmund Burke, Jacques Mallet du Pan, Joseph de Maistre, Luis de Bonald, Alexis de Tocqueville, Hipólito de Taine, Jean Bodin, Frederic Le Play, entre outros, foram autores que se preocuparam com o fenômeno das minorias dirigentes e das consequências da ascensão das massas ao cenário da história (Cf. BUSINO, 19--, p. 7-11).

II. Introdução e Justificativa

Pode-se afirmar que os esforços de Mosca e Pareto para a definição do que seria a ciência política distinta da tarefa política ou da atividade política, bem como a distinção entre teoria e ideologia, culminaram na constituição da ciência política na Itália em finais do século XIX. O pensamento político italiano que marca a transição para o século XX refere-se principalmente à experiência concreta do Estado liberal e nacional, fruto do processo de unificação italiana (ALBERTONI, 1985, p. 303). Neste contexto, sobre o plano das grandes orientações de pensamento se destacam duas escolas: o idealismo filosófico – que se refere ao pensamento de G. W. Hegel e que surge diversamente combinado no ambiente cultural de Nápoles com a tradição própria da filosofia de G. B. Vico – e a corrente positivista (*idem*).

O idealismo filosófico influenciou de especial forma as análises sociais que se pautavam por um “ideal de nacionalidade”. O Estado, nesta perspectiva, era concebido como unidade ética que transcenderia e tornaria possível a vida de indivíduos como partes contratantes na sociedade civil. Bertrando Spaventa, um dos expoentes desta corrente, entendia que o Estado precisaria concentrar nele próprio, em sua substância universal, os indivíduos dispersos e diversos, unindo em um único e comum fim os espíritos e as vontades de todos (BELLAMY, 1988, p. 8).

Em outro pólo, encontramos a corrente positivista, que assim como os hegelianos supunham uma racionalidade interna da realidade como base para o desenvolvimento da consciência civil unificada com a criação do Estado moderno italiano. Contudo, se a corrente idealista interpretava este processo em termos de um progressivo desenvolvimento de uma entidade metafísica, *Geist* ou Espírito, inerente ao indivíduo e à sociedade, os positivistas acreditavam que toda a realidade poderia ser interpretada em termos de exatas leis físicas (*idem*, p. 9). Para os positivistas a sociedade caminharia tendencialmente para um horizonte de progresso e melhoramento – visão bastante influenciada por Charles Darwin e Herbert Spencer, que na Itália gozavam de grande aceitação (ALBERTONI, 1985, p. 305).

O ambiente intelectual e político da época é influenciado também por uma fortíssima tradição jurídica italiana. Na vida da Itália liberal a ciência jurídica consegue tornar-se hegemônica de modo notável

e significativo. Neste contexto, direito e Estado formam um corpo uno ao ponto de parecer inconcebível uma sociedade sem direito assim como uma sociedade sem Estado (*idem*, p. 305-306). A ciência do Estado, portanto, consistia propriamente na ciência jurídica, isto é, na norma jurídica para a existência do Estado.

Mosca e Pareto – fundamentados no realismo metodológico de Maquiavel – ao analisar os eventos políticos em sua concretude histórica a despeito do “dever-ser” refutam tanto as análises normativas do direito quanto a metafísica positivista² ou idealista, inaugurando uma nova tradição de pensamento que permite à ciência política autonomizar-se em relação às ciências jurídicas e históricas (*idem*, p. 323). Para Albertoni “com Mosca e Pareto a clássica elaboração do assim dito ‘elitismo’ se configura, na passagem do século XIX ao século XX, como uma tendencial doutrina de valor geral, que indica uma mudança radical de interesses especulativos e práticos no pensamento político” (*idem*, p. 324). Para este autor, Mosca e Pareto fundam uma nova tradição de pensamento profundamente imbricada com as questões da Itália e que posteriormente se generaliza, de forma que a doutrina “mosquiano-paretiana” alcança notável difusão em outras culturas, rompendo, assim, “o significado estreitamente italiano que caracteriza a maior parte das elaborações doutrinárias nacionalistas entre o século XIX e XX” (*idem*, p. 323).

O ponto de convergência entre Mosca e Pareto encontra-se justamente na *teoria das elites*, que consiste na afirmação da presença de minorias ativas em uma massa passiva e desorganizada, isto é, na separação entre governantes e governados, como um fato inevitável. O comum acordo acerca da teoria da “minoria dirigente” e ao mesmo tempo um núcleo de derivação maquiaveliana está presente na teoria de ambos (MEDICI, 1990, p. 11; HUGHES, 1979, p. 253). Segundo Burnham, a concepção da superioridade dos líderes sobre a massa, aquela imensa necessidade que a massa possui de ser guiada, são temas que Maquiavel já havia assinalado (BURNHAM, 1943, p. 59-61). O autor sustenta a presença na obra maquiaveliana de uma implícita, mas constante distinção entre dois tipos de homens: o tipo dirigente e o tipo dominado. O primeiro incluiria não simplesmente aqueles que em algum momento ocupam posições de

² Segundo Bellamy (1988, p. 10) “Pareto e Mosca rejeitaram as implicações metafísicas do positivismo, apesar do estudo da psicologia humana e da crença num empirismo cru que perduraram na base de seu entendimento das instituições políticas”. Hughes (1979, p. 37) sublinha que a reação contra o positivismo – não apenas às doutrinas de August Comte e à filosofia de Herbert Spencer – mas a reação contra toda a tendência para discutir o comportamento humano em termos análogos às ciências naturais foi uma marca dos maiores pensadores da década de 1890. Diz o autor: “eles acreditavam que estavam se desfazendo de um jugo espiritual que o quarto de século precedente havia lançado sobre eles”.

liderança na sociedade, mas, sobretudo os indivíduos que aspiram tais posições e que poderiam ocupá-las se houvesse oportunidade. O segundo tipo constitui a maioria e abrange aqueles que não são líderes nem aspiram ao poder. A característica notável da maioria, portanto, seria a passividade (*idem*, p. 58). Nesta perspectiva, assim como seus seguidores, Maquiavel sustenta que esta distinção reflete um fato fundamental da vida política (*idem*).

A “herança” de Maquiavel é um ponto fundamental para a análise da ciência política na Itália. Nela insere-se mais tarde Gramsci. Segundo Medici, a idéia de que existe uma relação privilegiada entre certos aspectos do pensamento de Maquiavel e os principais expoentes da ciência política italiana – Mosca, Pareto e Gramsci – tem encontrado abrigo no pensamento da crítica mais recente. Henri De Man, por exemplo, afirmou que a ciência política – ciência eminentemente italiana, que tem em Mosca seu mais notável representante – é a ciência esquecida do gênio de Nicolau Maquiavel. O realismo maquiaveliano é a própria base do método com que ela enfrenta o problema político (MEDICI, 1990, p. 7. Cf. tb. BIANCHI, 2007b).

Mosca e Pareto são herdeiros de uma tradição autenticamente italiana de orientação antimetafísica (HUGHES, 1979, p. 250), guardam, entretanto uma diversa relação com a filosofia positivista, ponto de referência para ambos. Mosca jamais revogou sua fé positivista e está pouco interessado em discutir os seus próprios pressupostos filosóficos, enquanto Pareto desenvolveu um processo de aprofundamento metodológico que o conduz no *Trattato di Sociologia Generale* a uma elaborada exposição dos problemas epistemológicos, com os quais são já implicitamente rompidos os limites da interpretação positivista, e a partir daí inicia um positivismo revisitado metodologicamente (MEDICI, 1990, p.11)³. Por esta razão optamos por concentrar nossa análise nas obras de Pareto, embora devamos consultar os conceitos de Mosca sempre que houver necessidade para a pesquisa. Além disto, consideramos que os estudos sobre Pareto na ciência política ainda são escassos. Bobbio (2002, p. 65) estima que isto se deva ao caráter

³ Além disto, Pareto é considerado pelos economistas um liberal clássico que fez importantes contribuições à teoria da escolha racional (BELLAMY, 1988, p. 12), cuja aplicação na análise política de mecanismos subjacentes ao mercado alcança grande importância na ciência política norte-americana.

“monstruoso” do *Trattato*, no sentido de ser uma obra prodigiosa e disforme ao mesmo tempo. Pareto – diz Bobbio - “tem ainda de ser redescoberto”⁴.

À semelhança do que se observa em relação à difusão e generalização do pensamento de Mosca e Pareto – segundo sublinha Umberto Cerroni – com Gramsci a teoria política do socialismo insere-se na problemática geral da ciência política, transcendendo a polêmica puramente prática e somente interna ao movimento. Neste sentido, Gramsci superaria o estreito âmbito das questões políticas do partido comunista e “estabeleceria um contato crítico com a ciência política oficial, de Croce a Pareto, de Michels a Mosca” (*apud* ALBERTONI, 1985, p. 316).

Gramsci, contudo, coloca-se em um campo diferente de interpretação social. Para o autor, o conhecimento das realidades políticas somente é possível por meio da análise da totalidade e da complexidade das relações sociais em seu movimento histórico. Sendo assim, tratar da ciência política é “estabelecer a posição dialética da atividade política (e da ciência correspondente)” (Q 13, §10, p. 1568⁵). Neste sentido, Maquiavel fundou a “questão da política como ciência autônoma”, o que para Gramsci permite uma “concepção sistemática (coerente e conseqüente) do mundo – numa filosofia da práxis” (*idem*). Gramsci chama a atenção para a necessidade de compreensão da gênese dos fenômenos que aparecem na superfície do tecido social enquanto fatos sociais “naturalizados” (cf. SGAMBATI, 1977, p. 609) e para a necessidade de compreensão das implicações teórico-políticas da ciência social que se pauta pela visão estática da realidade. Contudo, antes de prosseguir, faz-se necessário uma análise mais detida acerca do pensamento de cada um dos autores.

A ciência política de Pareto

Já nas primeiras páginas do *Trattato di Sociologia Generale* - sua última e mais completa obra, cuja primeira edição data de 1916 – Pareto expõe sua crítica àquilo que julga ser dogmático no positivismo de Comte. Postula que seu método, diferente dos anteriores, orienta-se não pela enunciação de princípios

⁴ Diz o autor: “O *Trattato* é, e permanece, uma obra indigesta, que revolve os estômagos frágeis, paralisa os fortes, e foi isso a causa de seu aspecto desagradável, mais provado que assimilado, mais cheirado que provado, enfim, há quase cinquenta anos da sua primeira publicação, tem ainda de ser redescoberto” (BOBBIO, 2002, p. 65).

⁵ Para simplificação do texto citaremos Gramsci nos *Quaderni del Cárcere* utilizando a letra “Q”, seguida do parágrafo e da página de referência.

aceitos como verdades demonstradas, aos quais nada se pode opor, mas pela formulação de hipóteses das quais é possível tirar conseqüências lógicas. Se estas hipóteses “estiverem de acordo com os fatos concretos, serão aceitas, e refutadas se não estiverem de acordo com eles” (T v.1, § 4, p. 2-3 ⁶). Neste sentido, afirma que a comprovação empírica, isto é, os resultados – e não os princípios – devem nortear as descobertas científicas, pois “todas as ciências progrediram quando os homens discutiram os resultados em vez de debater os princípios” (*idem*).

Dois conceitos são chaves para o seu método: ações lógicas e ações não lógicas. As ações lógicas podem ser classificadas como aquelas que possuem correspondência entre meios e fins concebidos e meios e fins tal como ocorrem objetivamente na realidade, isto é, “ações que têm, subjetiva e objetivamente, o sentido acima explicado [lógico]. As outras ações serão ditas não-lógicas, o que não significa que elas sejam ilógicas” (T, v.1, §150, p. 65). Classificar uma ação como não-lógica significa que há uma discordância entre aquilo que se planeja atingir por meio de determinados procedimentos e o resultado efetivo da empreitada⁷. É necessário esclarecer que, para o autor, “todo fenômeno social pode ser considerado sob dois aspectos, isto é, como é na realidade e como se apresenta ao espírito de certos homens. O primeiro aspecto será objetivo, e o segundo, subjetivo” (T, v.1, §149, p. 64). Adverte ainda que, mesmo que as ações dos indivíduos não sejam de todo lógicas, “os homens têm tendência muito grande para dar um verniz lógico às suas ações”. Pareto, devido a isso, sublinha que é imprescindível levar em conta, na análise social, os sentimentos, assim como os costumes, que consistem em “interferências” subjetivas nas ações (T, v.1, §157, p.70). Por esta razão interessa ao estudioso o aspecto em que as ações não têm um fim lógico objetivamente, mas o tem na consciência do agente. Neste sentido, Pareto propõe um estudo lógico das condutas não-lógicas dos indivíduos.

⁶ Para simplificação do texto citaremos Pareto no *Trattato di Sociologia Generale* utilizando a letra “T”, seguida do volume de referência, do parágrafo e da página.

⁷ Pareto expõe essa idéia com o seguinte exemplo, “para os marinheiros gregos, os sacrifícios a Poseidon e a ação de remar eram meios igualmente lógicos para navegar” (*idem*). Esta ação possui uma lógica segundo a crença, mas objetivamente não tem relação com o fim que propõe.

É tarefa da ciência lógico-experimental⁸ definir o que é objetivo e o que é subjetivo em uma determinada concepção ou teoria. Neste sentido, todos os conceitos devem ser definidos com relação a realidades constatadas diretamente ou suscetíveis de serem criadas pela experimentação. Todos os conceitos filosóficos ou de essência devem ser excluídos rigorosamente. Pareto sistematiza um conjunto de regras metodológicas⁹ pautadas pela observação empírica, que deverão guiar a investigação sociológica pela senda das ciências naturais. O campo da vida, da experiência humana é concebido, portanto, como um conjunto de fatos passíveis de conhecimento em si mesmos, “medidos” como realidades ou verdades objetivas, sem interferências subjetivas do observador. Pareto somente pode conceber uma ciência do social se esta puder balizar-se pela objetividade, caso contrário será qualquer outra coisa, isto é, um dogma, uma crença ou uma religião, mas não efetivamente uma ciência. Pela via indutiva, sem preconceitos e sem “nenhuma noção *a priori*” o autor do *Trattato* propõe descrever os fatos, classificá-los, estudar sua índole e descobrir as uniformidades (leis) nas suas relações (T, v.1, § 145, p.63).

Para isto, é imperativo que se conheça a estrutura das ações humanas. Dois elementos são centrais para a investigação lógico-experimental: os resíduos e as derivações. Os resíduos não são os sentimentos ou o estado psíquico em si, mas elementos intermediários entre os sentimentos que não conhecemos diretamente e as suas expressões. Eles se relacionam com os instintos do homem, mas não abrangem a todos, pois o método não permite descobrir que instintos dão lugar aos raciocínios. Além dos resíduos, existem, portanto, apetites, gostos, inclinações e interesses (ARON, 2000, p. 385-386). As derivações representam – na linguagem de Pareto – o equivalente do que correntemente se chama de ideologia. Elas consistem nos diferentes meios verbais pelos quais os indivíduos fornecem uma lógica aparente aquilo que, na verdade, não tem tanta lógica quanto os atores fazem parecer (*idem*, p.397). Pareto classifica os resíduos em seis classes¹⁰. Os resíduos de segunda classe (persistência dos agregados), cuja característica é a

⁸ Lógico significa que é legítimo deduzir conseqüências de definições enunciadas, ou relações observadas. O adjetivo “experimental” se dirige tanto a observação no sentido estrito do termo, como à experimentação. “A ciência é experimental porque se aplica ao real e se refere a ele como origem e critério de todas as proposições. Uma proposição que não comporta demonstração ou refutação pela experiência não é científica” (ARON, 2000, p.375).

⁹ Sobre os princípios metodológicos de Pareto consultar § 69 do *Trattato* (Cf. T, v.1, pp. 26-29).

¹⁰ I. Instinto das combinações, II. Persistência dos agregados, III. Necessidade de manifestar os sentimentos com atos externos, IV. Resíduos em relação à sociabilidade, V. Integridade do indivíduo e de suas dependências e VI. Resíduo sexual (T, v. 2, § 1419, p. 340). Contudo é útil advertir que os resíduos não podem ser tomados como realidades concretas e autônomas. Sua classificação

“veneração” da comunidade política ou religiosa, encontrar-se-iam mais difundidos entre a massa de governados, enquanto os resíduos de primeira classe (instinto de combinações), que comporta o espírito de inovação, estariam mais associados às elites governantes (LOSURDO, 2006, p. 250; BONETTI, 1994, p. 60). Por este método, Pareto chega à constatação de um fato real e passível de comprovação histórica: as diferenças humanas se refletem na divisão social em todos os tempos entre um estrato superior onde estão comumente os governantes e um estrato inferior onde se encontram os governados (T,v.3, § 2047, p.260). A distinção entre aqueles que estão num estrato superior, as elites, e aqueles que se encontram num nível inferior, portanto, é feita com base nas capacidades individuais, levando-se em conta a valorização desta ou daquela capacidade pelo grupo social (BUSINO, 19--., p. 21). Da mesma forma, a teoria da circulação das elites se fundamenta na capacidade do grupo dirigente em renovar-se, isto é, em sua capacidade de incorporar uma porcentagem de novos elementos. “A circulação entre o estrato inferior e o superior – a mobilidade – terá de ser, sobretudo, vertical, ascendente e também descendente” (*idem*). A elevação de elementos dos estratos inferiores – da massa de governados – segundo esta concepção, é um fator de estabilidade e continuidade social, pois este seria o processo regular de funcionamento do sistema. As revoluções, neste sentido, são entendidas como perturbações que os governantes devem evitar. A sublevação violenta de elites vindas dos estratos inferiores representa um afrouxamento da capacidade de direção da elite governante (cf. T, v.3, §§ 2055 a 2059, p. 263; ARON, 2000, p. 418). É, portanto, uma teoria da conservação social com a qual Gramsci estabelecerá um frutífero debate.

A ciência política de Gramsci

A filosofia da práxis é definida como “ciência da dialética ou gnosiologia, na qual os conceitos gerais de história, de política, de economia, se relacionam em unidade orgânica” (Q 11, §33, p. 1448). Nesta definição está subjacente o pressuposto da totalidade como fundamento para apreensão da complexidade da realidade social em seu movimento histórico, onde ocorrem os processos políticos. Refuta, portanto, a idéia de isolar elementos da totalidade sem consideração do conjunto de relações em que se insere. Isto porque – de acordo com a concepção dialética – a apreensão da realidade se dá no movimento interno dos fenômenos

não pretende ser definitiva, sugere apenas as principais tendências das condutas humanas e ao mesmo tempo dos sentimentos (*idem*).

e não na “dissecação” de suas partes isoladas. É possível diferenciar na obra de Gramsci dois usos da dialética: a dialética como método, ou técnica formal de pensar filosófico e a dialética como saber filosófico que alcança a compreensão de seu conteúdo que é a história real (PRESTIPINO, 2004, p. 55).

No primeiro sentido, utilizando-se da crítica ao *Ensaio popular de Bukharin*, indica aquilo que acredita ser o equívoco das ciências positivistas de análise social: a ação de separar, classificar e generalizar os dados, tal qual se faz nas ciências naturais. Quando transplantado de forma mecânica para o âmbito das ciências humanas, o método científico das ciências da natureza acaba por amputar a relação dialética dos elementos que dão movimento ao processo histórico. Esta forma de conceber os fatos não é capaz de captar a complexa dinâmica das forças históricas, o que inclui suas contradições, redundando numa concepção linear e evolucionista da história¹¹. Neste sentido, o empirismo que supostamente deveria perceber os fenômenos em sua realidade concreta, torna-se uma metafísica na medida em que recorta essa realidade. O fracionamento lhe impede de compreender o fenômeno além de sua aparência exterior e superficial. Sob o olhar de Gramsci, o positivismo assume uma aparente proximidade com o idealismo¹².

O método positivista – segundo Gramsci – concebe a ciência como uma “pesquisa de leis, de linhas constantes, regulares, uniformes”, como uma maneira “ingênua e pueril” de resolver o problema prático da previsibilidade histórica. Isto lhe parece uma “estranha inversão” de perspectivas, ou seja, lhe parece estranho que a metodologia histórica necessite adotar o paradigma das ciências da natureza e sua capacidade de previsão para afirmar-se como ciência. Esta “deformação” da perspectiva científica obriga a ciência a prever o futuro da sociedade, daí sua necessidade de buscar a “causa primeira” ou a “causa das causas” (Q 11, §15, p. 1403-1404). Para Gramsci “na realidade é possível prever ‘cientificamente’ apenas a luta, mas não os momentos concretos dela” (*idem*). O autor procura mostrar que o método científico pode prever a luta de classes na medida em que o antagonismo social está presente no complexo de relações sociais, mas definitivamente não pode antever o resultado desta luta.

¹¹ “A filosofia do *Ensaio popular* (que lhe é implícita) pode ser chamada de um aristotelismo positivista, de uma adaptação da lógica formal dos métodos das ciências físicas e naturais. A lei da causalidade, a pesquisa da regularidade, da normalidade, da uniformidade, substituem a dialética histórica” (Q11, §14, p. 1403).

¹² Se o “idealismo especulativo” é a ciência das categorias e da síntese a priori do espírito, isto é, uma forma de abstração anti-historicista, a filosofia implícita no *Ensaio popular* é um idealismo invertido, no sentido de que os conceitos e classificações empíricas substituem as categorias especulativas, tão abstratas e anti-históricas quanto estas (Q 11, § 14, p. 1403).

As forças antagônicas em contínuo movimento na história são sempre irreduzíveis a quantidades fixas, uma vez que no terreno da ação humana a quantidade se transforma continuamente em qualidade (*idem*). Aqui reside a diferença fundamental entre os dados das ciências naturais (que são quantificáveis, matematizáveis, isto é, são passíveis de leis estatísticas) e os dados das ciências humanas, cujo caráter é contingente, qualitativo, em suma, pertencem ao reino da liberdade humana. Neste sentido, a única possibilidade de previsão histórica é o “próprio esforço voluntário” a partir do qual “contribui-se concretamente para criar o resultado previsto”. Em outras palavras, “a previsão revela-se, portanto, não como ato científico de conhecimento, mas como expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar a vontade coletiva” (*idem*). Este é precisamente o segundo aspecto da dialética de Gramsci, ou seja, a dialética real, como devir histórico da unidade teoria e prática.

Para o autor, o grande equívoco do positivismo e, conseqüentemente de Bukharin, é não perceber que as ciências humanas e, particularmente a ciência política, necessitam de um método próprio de investigação. Tomar “emprestado” o método de investigação das ciências naturais redundaria em prejuízo para o conhecimento das realidades sociais, pois método e a ciência que produz formam um todo único, inseparável (*idem*). Isto equivale a dizer que não existe um “tipo ideal” de método¹³. Uma ciência da política só pode ser concebida a partir da percepção de que toda teoria social está inserida no campo das relações de forças sociais (Q. 11, §15, p. 1405-1406). Esta relação de forças sociais está implícita na dialética entre estrutura (condições necessárias e suficientes/relações de produção) e superestrutura (ideologias/filosofias)¹⁴. Existe aqui uma relação de dupla implicação entre a estrutura e a superestrutura. Isto é, na mesma medida em que determinada forma de vida (estrutura) gera um sistema filosófico (superestrutura) que lhe é correspondente, esse sistema atua sobre ela, renovando-a. Considerando que a

¹³ “Deve-se deixar estabelecido que toda investigação tem seu método determinado e constrói uma ciência determinada, e que o método desenvolveu-se e foi elaborado conjuntamente ao desenvolvimento e à elaboração daquela investigação e ciência, formando com ela um todo único. Acreditar que se pode fazer progredir uma investigação científica aplicando-lhe um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra investigação ao qual estava relacionado é um equívoco estranho que nada tem em comum com a ciência” (Q 11, §15, p. 1404).

¹⁴ Gramsci elabora a análise da relação de forças nos *Quaderni* a partir do *Prefácio à Contribuição à crítica da Economia Política* de 1859, de Marx. Diz o autor sardo: “É necessário mover-se no âmbito de dois princípios: 1) o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em vias de aparecer e se desenvolver; 2) e o de que nenhuma sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações (...)” (Q 13, §17, p. 1579).

política faz parte das superestruturas, sua ação, diante de condições objetivas favoráveis, é potencialmente o motor das transformações históricas. Em outras palavras, as condições objetivas para a superação de uma formação social não geram automaticamente a transformação da antiga ordem em uma nova civilização, mas é possível por meio da política. Sendo assim, a organização política dos grupos subalternos é elemento necessário para que as condições materiais favoráveis encontrem ação suficiente para a deflagração do processo de transformação social. Neste processo encadeiam-se, num nexos orgânico, a filosofia, a política e a história (Cf. Q. 10, §2, p. 1241)¹⁵.

É neste sentido que se deve entender os fenômenos que se estendem pela história, isto é, no sentido de que sua permanência é fruto de determinados sistemas filosóficos vigentes em certa estrutura material e se dão a partir da política. É nesta acepção histórico-política que Gramsci contrapõe-se à teoria das elites. Gramsci não discorda que a divisão entre governantes e governados seja uma realidade política. Esta divisão é o ponto a partir do qual se torna possível pensar uma ciência da política. Sob o título: “*Maquiavel. Elementos de política*” diz Gramsci: “Primeiro elemento é que existem efetivamente governados e governantes, dirigentes e dirigidos. Toda ciência e a arte políticas baseiam-se neste fato primordial, irreduzível (em certas condições gerais)”, acrescentando em seguida:

“Na formação dos dirigentes, é fundamental a premissa: pretende-se que sempre existam governados e governantes ou pretende-se criar as condições nas quais a necessidade dessa divisão desapareça? Isto é, parte-se da premissa da divisão perpétua do gênero humano ou crê-se que ela é apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?” (Q 15, §4, p. 1752).

Temos aqui a chave para a radical divergência entre Gramsci e os elitistas. Para o autor dos *Quaderni*, essa divisão não é uma verdade imutável, fruto da natureza humana e sim produto de situações concretas, que se desenvolveram na história em meio a relações de forças entre os grupos antagônicos na

¹⁵ Os sistemas filosóficos estão necessariamente ligados a um momento histórico, pois são “manifestações íntimas das contradições que dilaceram a sociedade” (Q 11, §62, p. 1487). Eles são concebidos na história e por meio dela encontram elementos para vigorar ou ser superados. Em outros termos, não existe concepção de mundo que seja extra-histórica. A filosofia, como concepção de mundo, uma vez em movimento na história e em relação dialética com a realidade material, se reflete na ação dos homens, que é precisamente sua política. Isto é, toda política, entendida como ação concreta na história, orienta-se pelos limites impostos pela estrutura e por concepções de mundo. Contudo, a filosofia da práxis estaria mutilada se não chegasse à identidade também entre história e política. Neste sentido, diz Gramsci: “o político é um historiador, o historiador é um político (...) a história é sempre história contemporânea, isto é, política”. É preciso advertir, contudo, sobre o risco de reduzir a teoria política de Gramsci à historiografia. Apesar da identificação entre filosofia, política e história, não se deve reduzir os termos a nenhum deles separadamente” (PIZZORNO, 1967, p. 114).

sociedade. A questão chave é: “pretende-se criar condições para o desaparecimento desta situação”? Na concepção de Gramsci, esta situação só é possível enquanto as massas permanecerem passivas. E o que torna o homem um homem-massa – esclarece o autor – é seu conformismo, sua aceitação passiva de concepções de mundo impostas pelo costume ou pela cultura. Criticar a própria consciência é, portanto, criticar toda a filosofia preexistente, em decorrência é criticar também toda a história (cf. Q. 11, §12, p. 1375). É por meio do método dialético que Gramsci entende a divisão entre governantes e governados como um problema político, que deve ser estudado a partir das relações sociais de forças, ou seja, inserido na luta de classes. Neste sentido, esta realidade histórico-política não pode ser entendida como uma divisão natural do gênero humano. Aquilo que Pareto entende como processo regular de absorção de elementos ativos da massa, Gramsci chama de *transformismo*. Conceito que deve ser entendido à luz de um processo reformístico e conservador das estruturas de dominação (*Revolução passiva*), o que inclui a cooptação das principais lideranças dos grupos subalternos com o objetivo de evitar sublevações ou revoluções.

III. Objetivos

As questões fundamentais que orientam esta pesquisa dizem respeito às confluências e separações entre o pensamento de Pareto e Gramsci. O pressuposto que orienta à pesquisa é que ambos partilham da tradição maquiaveliana. É possível afirmar que há um debate aberto entre Gramsci e Pareto no campo da teoria das elites, contudo, subjacente a ele, existe um embate entre duas concepções diferentes de ciência política que se constroem a partir de uma mesma tradição. Três são as hipóteses centrais que devem orientar a pesquisa:

Hipótese 1: A relação entre Pareto e Gramsci é marcada por continuidades e rupturas no interior de uma tradição realista maquiaveliana. Em carta a Guicciardini em maio de 1521, Maquiavel escreve: “mudam somente as faces dos homens e as cores extrínsecas, as mesmas coisas retornam; nem vemos acidentes algum que em outro tempo já não vimos. Mas ao mudar nomes e aspectos, as coisas fazem com que somente os prudentes lhes reconheçam: e, porém, é boa e útil a história, porque te coloca a frente e te

faz reconhecer e rever aquilo que nunca conhecemos nem vimos” (*apud* ZARONE, 1990, p. 137-138). Segundo Croce, o aspecto cíclico da história e a idéia da necessidade (em contraposição à liberdade humana) são os autênticos pressupostos filosóficos da “ciência política” de Maquiavel (*idem*). A herança comum deste realismo maquiaveliano é responsável por algumas extraordinárias continuidades temáticas e afinidades nas formulações gerais de conceitos políticos entre Gramsci e Pareto (e também Mosca). Finocchiaro (1999, p. 16) vai além ao considerar que Gramsci e os elitistas pertencem a uma mesma tradição de ciência política, que consiste no “elitismo democrático”¹⁶ (esta é uma importante questão que deveremos desenvolver na pesquisa).

A despeito das continuidades, o realismo maquiaveliano abriga profundas desigualdades, Pareto é um liberal conservador, Gramsci um comunista revolucionário. Contudo, segundo nos instrui Zarone, não é necessário ser reacionário para ser realista em política, nem é necessário ser conservador para admitir o problema histórico da ordem. A necessidade da ordem representa sempre um limite às realizações políticas de liberdade, igualdade e emancipação social (*idem*, p. 250). Por esta razão, este é o campo de confronto onde as diversas e opostas teorias se encontram. É neste sentido que afirmamos que Gramsci e Pareto, igualmente apoiados no realismo de Maquiavel, estão empenhados na (re)formulação de uma ciência política. A natureza de suas explicações para o problema histórico da ordem, cerne da teoria das elites é o que lhes empresta o caráter polêmico.

Hipótese 2: Um ponto fulcral da discussão, diz respeito à própria possibilidade do conhecimento da realidade social, da objetividade, isto é, da não interferência ideológica na teoria, posição defendida com afinco por Pareto. Ele, em *Les Systèmes Socialistes* (1902-1903) dedica-se inteiramente à crítica das teorias socialistas como ideologias travestidas de ciência. O autor postula que não há uma solução científica para o problema da ação, da conduta individual e da organização social (ARON, 2000, p. 379). Em sua concepção, ciência e política pertencem a campos separados da vida humana. Assim não compete à ciência responder a problemas políticos. Qualquer “interferência” política sobre a ciência lhe furta a objetividade e distorce-a. Gramsci, por outro lado, entende que há uma ligação orgânica entre filosofia, política e história. É

¹⁶ Ver também GALLI, 1967, p. 201.

impossível separá-las, pois o campo das realidades sociais se dá a conhecer somente em sua totalidade e complexidade. Neste sentido, isolar elementos da realidade e estudá-los tal qual o método das ciências naturais não produziria mais que uma ideologia liberal¹⁷. Para ele “não é possível cortar a racionalidade com um cutelo, separando a norma positiva e concreta da realidade de uma outra irracional e infundada porque ideal, isto é, ideológica¹⁸” (ZARONE, 1990, p. 268).

Hipótese 3: Embora ambos os autores enfatizem a realidade da divisão entre governantes e governados, as conseqüências políticas dessa ênfase são opostas. Como apontamos acima, Pareto produz uma teoria da estabilidade e do equilíbrio, onde qualquer mudança encontra os limites da ordem. Gramsci, por outro lado, funda seu pensamento na mudança, precisamente sobre a questão do devir histórico, da transformação da ordem por meio da dialética teoria-prática. O desacordo teórico-político entre Gramsci e Pareto se torna patente quando na esfera de análise das minorias governantes e sua permanência ao longo da história. A teoria das elites, deste modo, configura-se como campo de confronto e prova dos métodos de Gramsci e Pareto. Para Pareto a realidade da divisão entre governantes e governados em toda a história por si só constitui prova cabal de sua hipótese da divisão do gênero humano entre aqueles que possuem capacidades de governo e aqueles que possuem necessidade de serem governados. Enquanto que, para Gramsci a existência histórica das elites governantes é prova incontestável da existência da luta de classes e da efetividade da ação política dos homens na história.

Estas hipóteses – ao nosso ver – estão prenhes de possibilidades de exploração em si mesmas e podem permitir o desenvolvimento de novos problemas de pesquisa, tais como: **A.** seria possível afirmar que Gramsci produz um elitismo de esquerda, a despeito de suas discordâncias com a teoria das elites? **B.** há um saldo do debate metodológico Gramsci - Pareto para ciência política? Em que medida este debate é

¹⁷ Para este tema consultar *Quaderni* 19, §5. Nele, Gramsci analisa a produção teórica acerca do *Risorgimento*, entre as quais está a obra de Gaetano Mosca: *Teórica dei governi e governo parlamentare*, 1883. O autor dos *Quaderni* executa uma espécie de classificação, procurando esclarecer que aqueles autores liberais e nacionalistas, a despeito de reivindicarem neutralidade teórica, estavam bastante comprometidos com a política. Por esta razão, expressões como: “os livros dos direitistas” ou “a literatura reacionária” são bastante comuns.

¹⁸ Acrescenta ainda Zarone: “não que a diferença crítica não possa e não deva ser conseguida, ela beneficia a ciência e mesmo a prática, mas esta diferença é metodológica, formal e não real” (*idem*).

atual? C. qual é o lugar da objetividade metodológica, de caráter positivista, na ciência política contemporânea?

IV. Material, métodos e análise dos resultados

Com vistas a colocar em prova as hipóteses levantadas devemos, em primeiro lugar, analisar sistematicamente as principais obras de Vilfredo Pareto e Antonio Gramsci. Nesta primeira fase nosso interesse principal consiste em mapear os elementos que conformam a concepção de ciência política de cada um dos autores e analisar em que medida estas concepções se refletem de maneira diversa no debate acerca das elites dirigentes, procurando responder a dois problemas fundamentais: de ordem epistemológica (referente à objetividade da teoria) e de ordem política (referente à mudança social). O *Trattato di Sociologia Generale* de Pareto e os *Quaderni del Carcere* de Gramsci são obras de maturidade que apresentam o conjunto de seu pensamento de forma mais acabada e por isso servirão de fundamento principal para a pesquisa.

Este aspecto de maturidade se torna particularmente importante na medida em que, em sua trajetória intelectual, o pensamento político de Pareto passa por uma paulatina “transformação”¹⁹. É possível perceber no desenvolvimento de seu pensamento uma sensível substituição da crença na “virtù redentora da ciência difusa entre os setores populares” (BONETTI, 1994, p.7) por uma visão cética da política como efetiva atividade de minorias dirigentes, de forma que as grandes revoluções – no julgamento do autor – não seriam mais que a luta de novas elites para substituir as antigas (HUGHES, 1979, p. 81). Nesta última perspectiva o tema da força ganha centralidade como um elemento importante para a manutenção dos governos, ainda que estes “assegurem ter fundamento na razão” (BONETTI, 1994, p.171). O abandono do

¹⁹ Em grande medida inspirado pela experiência inglesa das conquistas alcançadas mediante a liga Anti-corn Law, movimento inglês pela liberdade de comércio “nascido de baixo por um espontâneo sentimento de justiça e de revolta contra os irracionais privilégios de uma minoria” (BONETTI, 1994, p. 6) o autor professava uma sólida crença na conquista de direitos sociais mediante a participação democrática dos setores populares. Contudo, suas expectativas não encontram acolhida no contexto político italiano – onde não existia nem uma classe empreendedora comparável à inglesa e nem um sistema político fundado sobre um efetivo bipartidarismo – o que acaba por levá-lo ao ceticismo acerca da capacidade dos italianos em conquistar os próprios direitos com a luta pacífica sem invocar o governo, isto é, sem esperar uma “benévola concessão soberana” (*idem*).

ideal de juventude da estreita relação entre instrução popular e bom governo é completamente renegado e isto aparece de maneira mais acabada no *Trattato di Sociologia Generale*, que foi concluído em 1915 e publicado em Firenze em novembro de 1916. Segundo Bonetti, o *Trattato* é uma tentativa de conectar, em uma teoria global da sociedade, hipóteses múltiplas de método e de substância (*idem*, p. 55-56). Os principais temas tratados nesta obra são: a concepção lógico-experimental da ciência e a diferença entre linguagem científica e linguagem retórica; a distinção entre ações lógicas e ações não-lógicas; as derivações e resíduos como chaves para compreensão das verdadeiras motivações das ações não-lógicas; a teoria das elites e da sua circulação; a teoria do equilíbrio social e o caráter ondulatório dos fenômenos sociais intimamente ligados à circulação das elites.

A redação dos *Quaderni del Cárcere* de Antonio Gramsci ocorre entre 1929 e 1935, sendo interrompida em função da saúde debilitada do autor, resultando, entretanto, em 33 cadernos escolares escritos à mão. O projeto da prisão inicia-se com temas muito variados e comentários de livros e artigos, mas aos poucos – conforme Bianchi (2004, p.136) – impuseram-se de maneira mais intensa temas de análise política e social. A partir de 1930 um dos temas que ganha destaque no pensamento do autor é a relação entre “intelectuais e partido”, e a partir daí a crítica da política assume o centro do projeto gramsciano (*idem*).

Segundo Galli (1967, p. 202) nos *Quaderni* Gramsci estabelece explícito diálogo crítico com algumas posições elitistas e com as teorizações do oligarquismo, mas também é o período no qual conscientemente tenta utilizar elementos característicos da teoria elitista para definir o papel dos intelectuais no partido. Para este autor, a influência da teoria elitista sobre o pensamento de Gramsci apresenta um comportamento alternado: muito baixa em momentos de máxima tensão revolucionária (escritos pré-carcerários) e mais expressiva em momentos de mínima tensão revolucionária. Em decorrência – segundo Galli – sobretudo a partir de 1930, já na prisão, Gramsci passa a um diálogo mais intenso com a teoria das elites (*idem*). Utilizaremos nesta pesquisa a versão crítica dos *Quaderni del Carcere* publicada na Itália em 1975 pela editora Einaudi, sob a responsabilidade de Valentino Gerratana, que apresenta os textos

organizados cronologicamente e publicados em sua totalidade (com exceção de quatro cadernos que foram dedicados à tradução).

Em seguida, devemos realizar um estudo comparativo que objetiva colocar em relevo aproximações e distanciamentos centrais entre ambos os autores. Para isto, utilizaremos, de maneira acessória, outras obras dos autores de referência como apoio. Entre elas pode-se citar para Pareto: *Cours d'économie politique* (1896), *Systèmes Socialistes* (1902-1903) e *Manuale di economia política* (1906). Segundo Aron é possível estudar o pensamento sociológico de Pareto exclusivamente na base do *Trattato*, porém uma análise completa do pensamento desse autor exigiria o estudo de suas obras de economia, isto é, do *Cours d'économie politique* e do *Manuale di economia política*. Isto porque – de acordo com Aron – Pareto define a sociologia em referência e oposição à economia, isto é, em seu pensamento a economia consideraria essencialmente as ações lógicas, enquanto a sociologia trataria, sobretudo, das ações não lógicas (ARON, 2000, p. 371).

O *Cours d'économie politique* foi publicado originalmente em francês em dois volumes entre 1896 e 1897. Nesta obra Pareto não se restringe à análise econômica, mas antecipa alguns temas cruciais do *Trattato*, tais como: a interpretação do Estado ético enquanto uma abstração (PARETO, 1964, v. 2, § 657, p. 55); a existência em toda situação histórica de uma classe dominante – caracterizada com critérios diferentes daqueles da análise marxista (*idem*, v. 2, § 1053-1060, p. 385-389); e o embate entre a ciência e as paixões humanas, que induzem à visões unilaterais e deformadas dos fenômenos sociais (*idem*, v. 2, § 1063-1068, p. 391-396).

Para Hughes (1979, p. 78) *Les Systèmes Socialistes* marca a transição do pensamento de Pareto dos problemas técnicos e mais particularmente matemáticos e econômicos para um sistema geral de sociologia. A obra, que foi escrita entre 1897 e 1901, nasce como um curso de história dos sistemas sociais e socialistas ministrados na Universidade de Losanna na Suíça. Em maio de 1902 é publicado em Paris o primeiro volume e em 1903 o segundo. Contudo – segundo Bonetti (1994, p. 144) – a parte mais importante da obra, na qual se encadeiam os temas centrais da reflexão política paretiana é a Introdução, publicada pela primeira vez no fim de 1901 na Itália na revista de Luigi Einaudi *La Riforma Sociale*.

O *Manuale di economia política* foi publicado em Milão em 1906. Nesta obra a epistemologia de Pareto aparece já em grande parte liberta das obstruções do velho positivismo, apresentando singular afinidade com a concepção do empiriocriticismo e com a teoria weberiana dos “tipos ideais” (BONETTI, 1994, p. 45). No *Manuale* são formulados alguns conceitos importantes que serão desenvolvidos no *Trattato*, em especial no capítulo II, onde se encontra a fundamental distinção entre ações lógicas e não-lógicas (PARETO, 1945, p. 35), central para a elaboração do método lógico-experimental.

No que concerne às obras de Gramsci, utilizaremos de forma secundária as obras *Lettere dal Cárcere* e os *Escritos Políticos*. As *Lettere* foram redigidas no cárcere entre 1926 e 1937 e publicadas originalmente em 1947 na Itália pela editora Einaudi. Referem-se em sua maioria às correspondências que o autor trocava com sua cunhada Tatiana Schucht, por meio de quem tinha contato com o mundo exterior à prisão. São importantes comentários sobre o desenvolvimento dos seus escritos e polêmicas estabelecidas com intelectuais da época. A análise dos *Quaderni* aliada à leitura das *Lettere* – esclarece Bianchi (2007, p. 31) – permite contextualizar o pensamento gramsciano e reconstruir suas fontes, recuperando, assim, o diálogo crítico que Gramsci estabelece com os autores que compunham o ambiente literário da época, bem como acompanhar de modo minucioso o processo de construção dos seus conceitos.

Os textos pré-carcerários de Gramsci consistem em cerca de 1.700 títulos escritos entre 1910 e 1926, quando o autor foi preso. Estes textos são, em sua maioria, breves artigos quase sempre publicados em jornais e revistas ligados ao Partido Socialista (PSI) e posteriormente ao Partido Comunista da Itália (PCd'I) e referem-se, sobretudo, a temas de atualidade política. Contudo, não podem deixar de ser consultados já que constituem um precioso documento da formação intelectual de Gramsci, permitindo a compreensão mais exata dos problemas e soluções que o autor formulará de maneira sistemática nos *Quaderni* (COUTINHO, 2004, p. 21). Frente ao expressivo volume da produção pré-carcerária, parte dela publicada em periódicos de difícil acesso, para selecionar os textos que deverão ser analisados ao longo da pesquisa nos valeremos dos *Escritos Políticos*, uma antologia de textos que procura reunir a produção gramsciana do período, organizada por Carlos Nelson Coutinho e publicada no Brasil em 2004, cuja tradução se baseia nos textos das edições italianas.

A etapa seguinte consiste na revisão bibliográfica, a partir da análise da literatura produzida sobre a teoria das elites e seus principais expoentes (em especial o debate italiano, no qual já fizemos uma incursão preliminar e que deve ser desenvolvida). Esclarecemos ainda que este projeto se insere em uma pesquisa mais ampla sobre o pensamento gramsciano²⁰, com o qual manteremos contínuo diálogo e apresentaremos os resultados parciais da pesquisa ao final de cada ano, o que nos proporcionará oportunidade de refinamento da análise.

V. Plano de trabalho e cronograma de execução da pesquisa

	2008		2009		2010		2011	
Cumprimento dos créditos	■	■						
Leitura e análise das obras de Gramsci em seu contexto histórico-político.	■	■						
Leitura e análise das obras de Pareto em seu contexto histórico-político.			■	■				
Revisão bibliográfica sobre a Teoria das Elites.				■	■			
Sistematização das análises e exame de qualificação.					■			
Redação da Tese						■	■	■

VI. Principais títulos da bibliografia consultada:

ALBERTONI, E. A. Storia delle dottrine politiche in Itália. Milão: Arnoldo Mondadori Editore, 1985.

ARON, R. As etapas do pensamento sociológico. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BIANCHI, A. “Resenha - Gramsci, A., Cadernos do Cárcere”. Outubro, n. 10, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2004.

_____. O Laboratório de Gramsci. Primeira Versão, n. 136, Campinas: IFCH/UNICAMP, 2007.

_____. Estratégia do contratempo: notas para uma pesquisa sobre o conceito gramsciano de hegemonia. Cadernos Cemarx, v. 4, p. 9-39, 2007a.

²⁰ Grupo de pesquisa “Marxismo e Teoria Política”, coordenado pelo prof. Alvaro Bianchi, no âmbito do CEMARX (ver BIANCHI, 2007a).

- _____. Croce, Gramsci e a "autonomia da politica". Revista de Sociologia e Política, v. 29, p. 15-30, 2007b.
- BELLAMY, R. Modern Italian social theory. Stanford: Stanford University, 1988.
- BOBBIO, N. Ensaio sobre ciência política na Itália. Brasília: UNB; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BURNHAM, J. The Machiavellians. Chicago: Gateway, 1943.
- BUSINO, G. Elites e Elitismo. Porto: Rés-Editora, 19--.
- COUTINHO, C. N. Introdução. In GRAMSCI, A. Escritos Políticos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 2 v.
- FINOCCHIARO, M. Beyond right and left: democratic elitism in Mosca and Gramsci. New Haven/London: Yale University Press, 1999.
- GALLI, G. Gramsci e le teorie dele 'élites'. In: GARIN, E. [et al]. Gramsci e la cultura contemporanea II. Roma: Riuniti/ Instituto Gramsci, 1967.
- GRAMSCI, A. Escritos Políticos: edição Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, 2 v.
- _____. Lettere dal Carcere a cura di Sergio Caprioglio e Elsa Fubini. Torino: Einaudi, 1965.
- _____. Quaderni del Carcere: edizione critica dell'Istituto Gramsci a cura di Valentino Gerratana. Turim: Einaudi, 2007.
- HUGHES, H. Stuart. Consciousness and society: the reorientation of European social thought 1890-1930. Brighton: Harvester, 1979.
- LOSURDO, D. Gramsci, do liberalismo ao "comunismo crítico". Rio de Janeiro: Revan, 2006.
- MEDICI, R. La metáfora machiavelli – Mosca, Pareto, Michels, Gramsci. Modena: Muchi, 1990.
- PARETO, V. Trattato di sociologia Generale. Firenze: G. Barbera, 1923.
- _____. Manual de Economia Política. Buenos Aires: Atalaya, 1945.
- _____. Cours d'Economie Politique. Geneve: Droz, 1964.
- _____. Les Systemes Socialistes. Geneve: Droz, 1965.
- PIZZORNO, A. Sul metodo di Gramsci: dalla storiografia alla Scienza Política. In: GARIN [et al]. Gramsci e la cultura contemporanea II. Roma: Riuniti/ Instituto Gramsci, 1967.
- PORTINARO, P. Intelletuali, partito e organizzazione de Sorel a Gramsci. In FERRI, F. (org.). Politica e Storia in Gramsci. Roma: Riuniti/ Instituto Gramsci, 1977.
- PRESTIPINO, G. Dialettica. In FROSINI, F. e LIGUORI, G. Le Parole di Gramsci. Roma: Carocci, 2004.
- SGAMBATTI, V. Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli èlitisti. In Ferri, F. (org.). Politica e Storia in Gramsci. Roma: Riuniti/ Instituto Gramsci, 1977.
- ZARONE, G. Classe politica e ragione scientifica: Mosca, Croce, Gramsci. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane, 1990.